ISSN: 2358-8829

MÃOS QUE FALAM

Francielly Morgana Trindade Silva [1]
Kelvin Vinicius de Almeida Alves [2]
Vitor Ribeiro da Silva Cavalcante [3]
Terezinha Érica de Lima Coutinho[4]

INTRODUÇÃO

A comunicação constitui dimensão central da vida escolar, pois atravessa as relações de aprendizagem, convivência e pertencimento. Quando uma instituição recebe estudantes surdos ou com perda auditiva, a garantia formal da matrícula não assegura, por si só, participação efetiva nas experiências educativas. Torna-se necessário criar condições para que colegas, docentes e demais profissionais compartilhem recursos de comunicação, reconheçam a diferença linguística e construam relações menos dependentes de mediações isoladas.

Essa distinção entre acesso formal e participação substantiva é decisiva para a análise da inclusão escolar. Um estudante pode frequentar a mesma sala que seus colegas e, ainda assim, permanecer à margem das conversas espontâneas, das decisões coletivas e das atividades que dependem de interação rápida. Por isso, o enfrentamento das barreiras comunicacionais não se esgota na disponibilização de atendimento especializado: exige rever práticas compartilhadas, responsabilidades institucionais e oportunidades concretas de interlocução. A acessibilidade, nessa perspectiva, deixa de ser uma medida dirigida exclusivamente a um indivíduo e passa a orientar a cultura de convivência da escola.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida legalmente no Brasil pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, não deve ser reduzida a um conjunto de gestos auxiliares. Trata-se de uma língua com organização própria e papel

[1] Especialista em Metodologia do ensino de História e Geografia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, francielly.silva@professor.pb.gov.br;
[2] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual da Paraiba - UEPB, kelvinvinicius945@gmail.com;
[3] Graduado pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, vitor.ribeiro@professor.pb.gov.br;
[4] Licenciada em Matemática (UFPB); ericalimacout@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

fundamental na expressão, na interação e na cultura de pessoas surdas. No cotidiano escolar, o contato com a Libras pode ampliar repertórios comunicativos de estudantes ouvintes e favorecer práticas de acolhimento, sem substituir a garantia de acessibilidade linguística e os serviços especializados necessários.

Foi nesse horizonte que a Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor Emiliano de Cristo, situada no bairro Nordeste II, em Guarabira, Paraíba, desenvolveu, no primeiro semestre letivo de 2023, o projeto "Mãos que Falam". A proposta nasceu em um contexto de inclusão de uma estudante com perda auditiva e da percepção de que a interação cotidiana precisava envolver toda a comunidade escolar. Organizada como disciplina eletiva, a iniciativa articulou conhecimentos introdutórios de Libras, práticas coletivas de sinalização, recursos digitais e apresentações culturais.

A escolha de uma eletiva como espaço de intervenção merece atenção. Ao inserir o tema em uma sequência de encontros, e não apenas em uma campanha pontual, a escola criou condições para que o contato com a Libras fosse retomado, praticado e discutido. Ao mesmo tempo, a natureza optativa dessa organização impõe um limite: a sensibilização de uma turma não equivale à acessibilidade de todos os ambientes escolares. Essa tensão entre alcance pedagógico e alcance institucional constitui um dos aspectos centrais discutidos neste estudo.

O objetivo deste artigo é analisar a experiência pedagógica do projeto, descrevendo suas escolhas metodológicas, as formas de participação dos estudantes e as contribuições percebidas para a comunicação e a sensibilização inclusiva. Especificamente, procura-se discutir a organização curricular da eletiva, a combinação de atividades teóricas e práticas, a atuação colaborativa de profissionais e o significado das ações de culminância. O estudo se justifica pela necessidade de socializar práticas situadas que possam inspirar outras escolas, sem desconsiderar as particularidades de cada comunidade.

A análise se baseia no projeto de intervenção, no relatório institucional de execução e no resumo elaborado para o CONEDU. Esses registros permitem reconstruir a trajetória da experiência e identificar resultados narrados pelos participantes responsáveis, mas não oferecem uma avaliação experimental ou uma medida padronizada de proficiência em Libras. A principal contribuição do artigo, portanto, reside na sistematização crítica de uma ação educativa concreta, com atenção às possibilidades e aos limites da documentação disponível.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho configura-se como relato de experiência de natureza qualitativa e caráter descritivo-interpretativo. A unidade de análise é o projeto escolar “Mãos que Falam”, realizado na ECIT Monsenhor Emiliano de Cristo durante o primeiro semestre de 2023. Foram examinados três materiais institucionais: o documento de planejamento do projeto, o relatório de desenvolvimento e o resumo de divulgação científica. As informações foram organizadas em eixos temáticos relativos à motivação da intervenção, às estratégias de ensino, aos recursos utilizados, à participação comunitária e aos resultados relatados.

A opção pelo relato de experiência decorre do tipo de evidência efetivamente disponível. O objetivo não é testar uma hipótese de eficácia por meio de comparação entre grupos, mas compreender como uma demanda concreta foi traduzida em escolhas curriculares e práticas de ensino. A leitura cruzada entre planejamento e relatório de execução permite identificar aproximações entre intenção e realização, bem como distinguir o que foi proposto do que foi efetivamente descrito. O resumo científico foi utilizado como fonte de síntese, não como prova independente de resultados.

A intervenção teve como espaço privilegiado uma eletiva de Libras. O planejamento previa introdução ao vocabulário e a dimensões linguísticas como morfologia, sintaxe, semântica e pragmática, associando a apresentação de conteúdos a oportunidades de uso social da língua. A organização buscou superar a memorização descontextualizada de sinais, valorizando a comunicação em situações de interação e a compreensão de aspectos culturais da comunidade surda.

Na etapa inicial, foram propostas aulas expositivas dialogadas, demonstrações e atividades de exploração dos sinais. Em seguida, os estudantes participaram de práticas em grupo, jogos de sinalização, exercícios de composição de enunciados e situações de interação.

A sequência entre apresentação, experimentação e uso contextualizado dos sinais possui uma justificativa pedagógica: conhecimentos linguísticos tendem a ganhar sentido quando mobilizados para realizar ações comunicativas, e não apenas para reproduzir formas isoladas. Nas atividades coletivas descritas, observar o interlocutor, ajustar a expressão e negociar significados eram dimensões potencialmente presentes na aprendizagem. Os documentos, porém, não registram rubricas de desempenho que

ISSN: 2358-8829

permitam avaliar sistematicamente a qualidade dessas produções; por isso, a interpretação se concentra na organização das oportunidades de aprendizagem.

O relatório registra o uso de materiais visuais, vídeos e aplicativos como Hand Talk e ProDeaf, empregados como apoio ao estudo e à experimentação. Tais ferramentas foram entendidas como recursos complementares, não como substitutas do ensino orientado ou da atuação de intérpretes.

A mediação envolveu a professora coordenadora Francielly Morgana Trindade Silva, a intérprete escolar Maria Gorete dos Santos e outros profissionais da escola. O relatório destaca a participação das professoras Alice dos Santos Correia Pontes e Karolayni Kelly Paulino, além de colaboração externa em atividade de sinalização musical. Para preservar a privacidade, este artigo não reproduz o nome da estudante atendida nem fotografias identificáveis presentes nos anexos. O uso público de imagens requer verificação das autorizações correspondentes.

Na interpretação dos registros, foram diferenciadas ações comprovadamente descritas, percepções qualitativas da equipe e inferências analíticas. Não foram encontrados, nos documentos analisados, instrumentos de avaliação com resultados individuais comparáveis, amostragem detalhada, testes de proficiência ou dados pré e pós-intervenção. Assim, expressões como “melhoria” e “avanço” são examinadas como apreciações documentadas da experiência, não como estimativas de efeito causal. A análise também não presume aprovação ética específica, pois os materiais não informam tal procedimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

O reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão, estabelecido pela Lei nº 10.436/2002, representa um marco para a valorização da diferença linguística. O Decreto nº 5.626/2005 detalha medidas relativas à formação, ao ensino e à acessibilidade, situando a Libras em uma agenda mais ampla de direitos. No contexto escolar, esse arcabouço sustenta a compreensão de que a inclusão não pode ser reduzida à presença física do estudante, exigindo condições concretas de acesso às interações e aos conhecimentos.

Esse reconhecimento também impede uma compreensão instrumental da língua como recurso de tradução palavra por palavra do português. Ao tratar de morfologia,

ISSN: 2358-8829

sintaxe, semântica e pragmática, o projeto indica a intenção de abordar a Libras como sistema linguístico e prática social. A consequência educacional é relevante: aprender sinais sem considerar interlocutores, contextos e valores culturais pode produzir uma familiaridade superficial, mas não necessariamente uma comunicação respeitosa e adequada.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a responsabilidade de eliminar barreiras que dificultem a participação em igualdade de oportunidades. Barreiras comunicacionais podem manifestar-se em conversas informais, explicações pedagógicas, eventos culturais e relações entre colegas. O aprendizado introdutório de Libras por estudantes ouvintes não resolve todas essas barreiras, mas pode ampliar a consciência coletiva sobre a acessibilidade e favorecer práticas cotidianas de aproximação.

Na perspectiva sociocultural de Vygotsky (2007), as relações sociais e os instrumentos de mediação participam da constituição da aprendizagem. Essa leitura ajuda a compreender por que situações de colaboração, demonstração e interação foram centrais à eletiva. Aprender sinais em pares ou grupos, ajustar expressões em uma conversa e construir apresentações coletivas são oportunidades de produção de sentidos que ultrapassam o exercício individual e mecânico.

A aproximação com essa perspectiva não significa que a simples formação de grupos produza aprendizagem. O aspecto decisivo é a qualidade da mediação: perguntas que convidem à explicação, devolutivas que ajudem a rever uma produção e situações em que o estudante possa avançar com apoio e, progressivamente, atuar com maior autonomia. Essa distinção é importante para analisar a eletiva sem confundir participação visível com domínio linguístico consolidado.

A pedagogia dialógica de Freire (1996) oferece outra chave interpretativa: a formação escolar se fortalece quando os estudantes deixam de ser receptores passivos e participam da produção do conhecimento.

No projeto, o protagonismo se expressou em ensaios, práticas de sinalização, participação em atividades culturais e construção de uma experiência de convivência. Essa abordagem demanda, contudo, escuta real das pessoas surdas e respeito à Libras como língua, evitando que a inclusão se limite a demonstrações pontuais ou apresentações simbólicas.

ISSN: 2358-8829

A utilização de aplicativos e vídeos pode favorecer a visualização, a repetição e a consulta autônoma, desde que integrada à mediação pedagógica. Nenhuma tradução automatizada deve ser tratada como equivalente à competência comunicativa de uma pessoa fluente ou à atuação profissional de intérpretes.

A dimensão cultural da língua e as particularidades de uso em diferentes situações exigem interação humana, contextualização e reflexão crítica. Por isso, a tecnologia aparece aqui como apoio, enquanto a acessibilidade permanece responsabilidade institucional e coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os registros da execução permitem identificar cinco eixos de resultados: a inserção da Libras no currículo eletivo; a aprendizagem pela prática e pela colaboração; a utilização de recursos visuais e digitais; o envolvimento de profissionais e parceiros; e a ampliação da visibilidade da inclusão nas atividades de culminância. Essas categorias não constituem indicadores estatísticos, mas organizam evidências narrativas e visuais presentes no relatório de 2023.

No primeiro eixo, a oferta da eletiva conferiu continuidade pedagógica a um tema que poderia ficar restrito a ações comemorativas. O relatório descreve um percurso que começou pelo estudo de sinais e estruturas linguísticas e avançou para aspectos de uso em contextos sociais. A inclusão de vocabulário, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática no planejamento revela uma intenção de apresentar a Libras como língua estruturada, e não apenas como alfabeto manual. Essa distinção é relevante para enfrentar visões simplificadoras frequentemente associadas à comunicação sinalizada.

A progressão curricular, entretanto, precisa ser compreendida com cautela. O fato de conteúdos linguísticos aparecerem no planejamento e no relatório não permite concluir que tenham sido dominados em profundidade. O que se pode sustentar é que a proposta procurou ampliar o horizonte dos estudantes para além da identificação de sinais avulsos. A avaliação dessa ambição exigiria registros de interações em diferentes contextos, critérios explícitos de correção e acompanhamento longitudinal.

No segundo eixo, as práticas de sinalização e as interações em grupo tiveram destaque. As fotografias do relatório, especialmente as imagens de aula teórica e de estudantes realizando sinais na página 5, documentam a presença de atividades coletivas.

ISSN: 2358-8829

O texto relata jogos, exercícios e conversas em que os estudantes eram convidados a empregar o que haviam aprendido. A participação ativa foi descrita pela equipe como favorável ao envolvimento e à confiança. Não se pode, entretanto, inferir fluência linguística a partir da participação nessas práticas.

O terceiro eixo corresponde aos recursos pedagógicos. Materiais visuais, vídeos, atividades práticas e aplicativos como Hand Talk e ProDeaf integraram o percurso. O relatório atribui a esses instrumentos maior dinamismo e facilitação do estudo. Do ponto de vista pedagógico, seu valor está em criar oportunidades adicionais de observação e experimentação, particularmente úteis em uma língua visuoespacial. Seu uso precisa ser acompanhado de avaliação crítica, pois sistemas automatizados podem não contemplar plenamente variações linguísticas, contexto e nuances culturais.

O quarto eixo envolve a colaboração entre profissionais. A intérprete Maria Gorete dos Santos aparece no relatório como participante importante no acompanhamento da estudante com perda auditiva e no desenvolvimento do projeto. Também são mencionadas as professoras Alice dos Santos Correia Pontes, da área de Português e Artes, e Karolayni Kelly Paulino, da área técnica de Administração. A participação de diferentes áreas sugere que o trabalho com acessibilidade pode extrapolar uma disciplina e mobilizar práticas de convivência em toda a escola.

A colaboração descrita tem implicações que ultrapassam a divisão de tarefas. A presença da intérprete evidencia a importância de conhecimentos profissionais específicos para apoiar a comunicação; a participação de docentes de outras áreas mostra a possibilidade de integrar a pauta da acessibilidade à vida escolar. Ainda assim, a responsabilidade institucional não pode ser transferida à intérprete, à estudante com perda auditiva ou a um pequeno grupo de professores. O desafio mais amplo consiste em construir práticas compartilhadas, com planejamento e continuidade.

O quinto eixo, particularmente expressivo, refere-se às apresentações culturais de encerramento. O relatório descreve ensaios e atividades de sinalização musical, incluindo uma demonstração conduzida pela convidada Geisiane Silva de Lima, vinculada a outra escola de Guarabira, e apresentações na culminância das eletivas. As imagens dos anexos registram ensaios, demonstrações e momentos públicos de sinalização. A escolha da música como atividade pedagógica permitiu envolver ritmo, memória, expressão corporal e trabalho coletivo, tornando visível à comunidade escolar o processo de aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Do ponto de vista analítico, a culminância possui dupla função. Ela materializa um produto coletivo, permitindo que os estudantes apresentem publicamente parte do que vivenciaram, e atua como ocasião de sensibilização da comunidade. Sua força está na visibilidade conferida à temática e na mobilização dos participantes; sua limitação está no caráter ensaiado da atividade. A apresentação demonstra organização e envolvimento, mas não equivale a uma conversa espontânea em Libras nem comprova, isoladamente, a superação de barreiras cotidianas.

É importante distinguir o valor formativo das apresentações de uma avaliação formal da competência em Libras. A sinalização de canções pode estimular interesse, coordenação e colaboração, mas não substitui a prática de diálogos espontâneos nem garante domínio gramatical e pragmático. Da mesma forma, a emoção e a receptividade descritas no relatório são evidências de envolvimento, não medidas de inclusão efetiva em todos os espaços escolares. Essa diferenciação fortalece a leitura crítica dos resultados e evita conclusões desproporcionais às fontes.

O relatório também registra como desafio a adaptação às tecnologias e às metodologias utilizadas. Tal dificuldade aponta para a necessidade de formação continuada, planejamento e revisão de recursos. A experiência demonstra que projetos de acessibilidade dependem de condições materiais e de uma rede de colaboração; não podem ficar sustentados exclusivamente pelo esforço individual de uma docente ou pela presença de um aplicativo. Sua continuidade requer integração ao projeto político-pedagógico, escuta dos estudantes surdos e acompanhamento sistemático.

Os materiais apresentam apreciações positivas sobre aprendizagem, socialização e ambiente acolhedor. Todavia, não especificam o número de participantes, taxas de presença na eletiva, critérios de avaliação da competência linguística ou instrumentos de mensuração da mudança nas relações escolares. Assim, o resultado mais solidamente sustentado é a realização de um conjunto articulado de atividades inclusivas e a percepção favorável da equipe quanto à participação. A hipótese de que a intervenção tenha reduzido barreiras comunicacionais é plausível, mas demanda estudos posteriores com observação sistemática e participação direta dos estudantes envolvidos.

Há, portanto, dois níveis distintos de conclusão. No plano descritivo, estão documentadas a oferta da eletiva, as práticas de sinalização, a utilização de recursos digitais e as ações de encerramento. No plano interpretativo, é razoável argumentar que essas escolhas criaram oportunidades de aproximação linguística e de debate sobre

ISSN: 2358-8829

inclusão. Já a afirmação de transformação duradoura das relações escolares depende de evidências adicionais. Tornar explícita essa gradação é uma exigência de honestidade científica e torna a contribuição do relato mais útil a outros educadores.

Como experiência potencialmente replicável, "Mãos que Falam" oferece elementos úteis: começar por necessidades reais da comunidade; estruturar uma sequência de aprendizagem; combinar estudo linguístico, prática e cultura; envolver intérpretes e profissionais de diferentes áreas; e criar oportunidades públicas de compartilhamento. A adaptação a outras escolas, entretanto, deve considerar recursos disponíveis, perfis dos estudantes, participação de pessoas surdas na elaboração curricular e acompanhamento dos resultados, para que a proposta não se reduza a uma atividade eventual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto "Mãos que Falam" evidencia uma iniciativa escolar que buscou transformar uma necessidade de acessibilidade em oportunidade coletiva de aprendizagem. A incorporação da Libras a uma disciplina eletiva, a realização de práticas de sinalização, o apoio de ferramentas digitais e a participação de profissionais e parceiros configuraram uma experiência que aproximou estudantes ouvintes da língua e de questões relacionadas à cultura surda.

Os registros institucionais indicam receptividade positiva, engajamento nas atividades e valorização da comunicação inclusiva. Tais achados são relevantes como relato de experiência, embora não autorizem afirmações de fluência generalizada, eliminação de barreiras ou eficácia mensurada por indicadores padronizados. Reconhecer esse limite não diminui a contribuição pedagógica do projeto; ao contrário, permite delimitar com precisão o que a documentação efetivamente demonstra.

A principal lição da experiência é que a inclusão precisa ser construída nas interações cotidianas e compartilhada por toda a comunidade escolar. Para futuras edições, recomenda-se registrar objetivos linguísticos por etapa, participação e frequência, avaliações diagnósticas e formativas, percepções dos estudantes surdos e ouvintes e acompanhamento do uso da Libras fora da eletiva. Também é fundamental assegurar formação docente, protagonismo de pessoas surdas e continuidade das medidas de acessibilidade previstas na legislação.

O aperfeiçoamento da proposta pode partir de uma avaliação formativa compatível com seus objetivos: registros de participação, tarefas de compreensão e produção de enunciados, observação de interações contextualizadas e devolutivas dos próprios estudantes. A escuta da estudante surda ou com perda auditiva — respeitando sua autonomia e privacidade — é especialmente importante, pois a percepção dos colegas ouvintes não basta para determinar se uma barreira foi efetivamente reduzida. Esses procedimentos são recomendações para continuidade, e não ações que os documentos permitam afirmar terem sido executadas em 2023.

Conclui-se que o projeto oferece uma referência situada para escolas que desejam articular educação inclusiva, protagonismo juvenil e práticas colaborativas. Mais do que ensinar sinais, a proposta convida a repensar quem consegue participar das conversas, dos aprendizados e dos espaços de pertencimento. É nesse compromisso permanente, e não apenas em ações pontuais, que a escola pode ampliar as condições para uma convivência efetivamente acessível.

Palavras-chave: LIBRAS; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SILVA, Francielly Morgana Trindade. Mãos que falam: projeto pedagógico. Guarabira, PB: ECIT Monsenhor Emiliano de Cristo, 2023. Documento institucional.